

# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Barueri, 06 de março de 2025

## PARECER JURÍDICO

009/2025



Fis. Nº	04
Proc. Nº	354/2025

De: Procuradoria-geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,  
Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de saúde.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 006/2025.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

**“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.897, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022”.**

### Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei Complementar do Chefe do Poder Executivo Municipal que pretende alterar dispositivos da lei nº 2.897, de 16 de fevereiro de 2022.

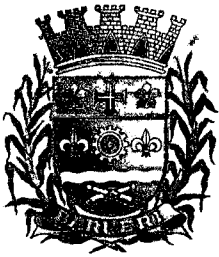
A presente propositura busca “adequar os atuais programas de Residência Médica às exigências legais em vigor e às diretrizes orçamentárias de Barueri”. (Mensagem nº 04/25).

Para isso, o Prefeito se utiliza da respectiva competência legislativa para alterar estrutura administrativa, vencimentos e vantagens dos servidores, conforme artigo 60 da Lei Orgânica do Município.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

11-MAR-2025 16:21 000575 1/2





# Câmara Municipal de Barueri

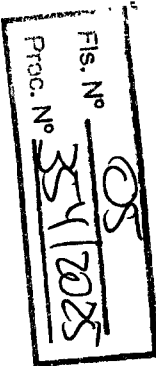
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

**Art. 60.** São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

*IV - criação, extinção e transformação de cargos, funções ou empregos públicos e sobre a fixação e alteração de vencimentos e vantagens dos servidores das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgão da Administração Pública;*



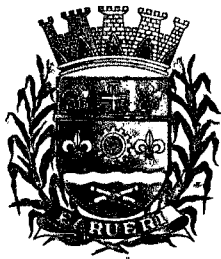
Além disso, a Administração legisla amparada na sua **competência legislativa, nos limites do interesse local, de manter serviços de saúde pública**, higiene e saneamento a serem prestados à população, conforme artigo 140 da LOMB.

### Da alteração da Lei

De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. (caput e §1º, o artigo 2º).*

A revogação da lei pode ser parcial ou total, quando parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA.8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

No presente caso, a alteração tem por escopo derrogar expressa e parcialmente a lei complementar nº 2.897 de 16 de fevereiro de 2022, isso porque pretende apenas modificá-la, mantendo a respectiva vigência.

A par disso, para a revogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com sua natureza.

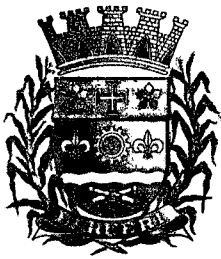


### Considerações finais

Portanto, referido projeto de Lei Complementar atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea "g" LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 59, inciso VII, da LOMB e artigo 135, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno - RI), não havendo óbice a sua regular tramitação, devendo-se observar o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, §1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, §2º, do RI);
- c) **Parecer da Comissão de Saúde** (artigo 50, §10, do RI);
- d) **Discussão Única** (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- e) **Quórum de maioria absoluta dos membros da CMB** (artigo 50, inciso I, alínea "a", da LOMB e artigo 185, inciso I, do RI);
- f) **Votação Nominal** (artigo 189, §3º, alínea "c", do RI).





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

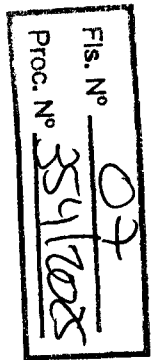
ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

**Sugere-se**, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., é o Parecer Jurídico que emerge desta Procuradoria-geral.

  
**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
Procurador-geral  
OAB/SP nº 264.968



A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, **DÁ-SE POR CIENTE** dos termos deste Parecer.

  
**MARÇOS PEREIRA DA SILVA**  
Assessor da secretaria-geral

